

Ficha de unidade curricular

Curso de **Licenciatura**

Unidade curricular

Direito do Ambiente (TAN)

Docente responsável e carga letiva

Heloísa Oliveira (2h/semana)

Objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos estudantes)

- Construção de conhecimento sobre o objeto, princípios estruturantes e especificidades do direito do ambiente enquanto área do direito
- Compreensão do conjunto de instrumentos de direito do ambiente e competências na sua aplicação
- Desenvolvimento de pensamento crítico quanto ao direito vigente e problemas de implementação, em especial considerando áreas de incerteza e de conflito normativo
- Raciocínio lógico-argumentativo, expressão oral e escrita e competências de procura de informação jurídica, resolução de problemas e colaborativas

Conteúdos programáticos

1. Direito do ambiente: objeto, origens, estrutura, novas prioridades
2. Direito do ambiente enquanto área do direito
3. Direito internacional do ambiente: as especificidades em relação ao DIP
 - 3.1. A internacionalização da situação jurídica ambiental
 - 3.2. Sujeitos e atores: Estado, organizações internacionais, ONG, empresas multinacionais, indivíduo, comunidades epistémicas
 - 3.3. O Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
 - 3.4. Convenções-quadro e COPs; *soft law* e decisões de órgãos internacionais
 - 3.5. Direitos humanos e proteção ambiental
4. Direito constitucional
 - 4.1. O ambiente enquanto bem jurídico-constitucional
 - 4.2. O direito fundamental ao ambiente
 - 4.3. Direitos fundamentais e proteção ambiental
5. Direito administrativo: uma panorâmica
 - 5.1. A avaliação ambiental
 - 5.2. O licenciamento ambiental
 - 5.3. O acesso à informação ambiental
 - 5.4. A reparação do dano ambiental
 - 5.5. Regimes setoriais: proteção da água e da biodiversidade; gestão de resíduos
 - 5.6. Instrumentos económicos: contratação pública, fiscalidade, mercados, instrumentos de desempenho.
6. Direito penal e contraordenacional

- 6.1. Os crimes ambientais
- 6.2. As contraordenações ambientais

- 7. Contencioso administrativo ambiental
 - 7.1. A questão da jurisdição
 - 7.2. Os meios processuais
 - 7.3. A legitimidade popular
 - 7.4. Em foco: a litigância climática

Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos da unidade curricular

Os conteúdos programáticos abordam e aprofundam de forma transversal os vários instrumentos jurídicos que têm como finalidade a proteção ambiental, numa perspetiva multinível e interdisciplinar. A perspetiva transversal adotada permite obter um conhecimento compreensivo do ordenamento jurídico ambiental e uma perspetiva crítica quanto às suas omissões e incoerências.

Método de ensino (avaliação incluída)

As aulas teóricas consistirão de períodos de discussão com os alunos, seguidos de exposição e apresentação de materiais.

As aulas práticas serão dedicadas a discussão de casos reais ou hipóteses práticas, com especial enfoque nos instrumentos de direito administrativo; a debates e a apresentações.

A avaliação assenta na participação nas aulas, incluindo a apresentação e discussão de um tema oralmente em aula prática, e na entrega de um portefólio que espelhe o trabalho desenvolvido ao longo do semestre.

Demonstração da coerência dos métodos de ensino com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular

O método de ensino é focado na aprendizagem ativa do aluno com trabalho prévio individual, sendo a exposição pelos docentes complementar e sistematizadora. A aprendizagem ativa é, comprovadamente, o meio mais apto à construção consolidada do conhecimento pelo aluno e ao desenvolvimento de competências gerais de compreensão de temas, resolução de problemas e análise crítica, e de capacidades lógico-argumentativas.

Bibliografia principal

- AMADO GOMES, CARLA, *Introdução ao Direito do Ambiente*, 5.^a ed., Lisboa: AAFDL, 2022.
 - *Textos dispersos de Direito do Ambiente*, 4 vols., Lisboa: AAFDL, diversas datas.
- AMADO GOMES, CARLA / HELOÍSA OLIVEIRA (Eds.), *Tratado de Direito do Ambiente*, vol. I – *Parte geral*, Lisboa: CIDP/ICJP, 2021.
- ANTUNES, TIAGO, *Pelos caminhos jurídicos do ambiente – verdes textos*, Lisboa: AAFDL, 2014.
- KRÄMER, L./ORLANDO, E., *Principles of environmental law*, vol VI, Edward Elgar Publishing, 2018.
- OLIVEIRA, HELOÍSA, *A reparação do dano ambiental*, Lisboa: AAFDL, 2022.
 - “O regime português de acesso à informação ambiental”. *O acesso à informação administrativa* (T. Fidalgo de Freitas & P. Delgado Alves, orgs.). Almedina, 2021, pp. 467-496.
 - “Circular economy: from economic concept to legal means for sustainable development”, *e-Pública*, 2(7), 2020, pp. 73-93.
 - “International representation of environmental interests”, *Ordem Jurídica Global do século XXI - sujeitos e atores no palco internacional*, AAFDL, 2020, pp. 391-419
- PEREIRA DA SILVA, VASCO, *Verde Cor de Direito - Lições de Direito do Ambiente*, Coimbra: Almedina, 2002.